

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****MENSAGEM**

Nº 003 /2021-GAG

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa, em anexo, o Projeto de Lei que Dispõe sobre a produção, o transporte, o comércio, o uso, o armazenamento, a prestação de serviços, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o cadastro, o controle, a auditoria, a inspeção e a fiscalização dos agrotóxicos e afins e dá outras providências.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos assinada pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento do Distrito Federal.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

IBANEIS ROCHA

Governador

A Sua Excelência o Senhor

Deputado RAFAEL PRUDENTE

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Brasília - DF

NESTA



Documento assinado eletronicamente por **IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR - Matr.1689140-6, Governador(a) do Distrito Federal**, em 25/01/2021, às 19:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=54811931)
verificador= **54811931** código CRC= **2F55E414**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti, Palácio do Buriti, Térreo, Sala T32 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF
6139611698

0070-000335/2011

Doc. SEI/GDF 54811931



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2021

(Autoria: Poder Executivo)

Dispõe sobre a produção, o transporte, o comércio, o uso, o armazenamento, a prestação de serviços, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o cadastro, o controle, a auditoria, a inspeção e a fiscalização dos agrotóxicos e afins e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A produção, o transporte, o comércio, o uso, o armazenamento, a prestação de serviços, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o cadastro, o controle, a auditoria, a inspeção e a fiscalização dos agrotóxicos e afins, no Distrito Federal, serão regidos por esta Lei, em consonância com a legislação federal pertinente.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - agrotóxicos e afins: produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

II - agrotóxicos de uso agrícola: agrotóxicos e afins destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens e nas florestas plantadas.

Art. 3º As ações de controle, auditoria, inspeção e fiscalização abrangem:

I - os agrotóxicos e afins, suas embalagens, rótulos, bulas e folhetos complementares;

II - a importação, a exportação, a produção, a formulação, a manipulação, o armazenamento, o comércio, a prestação de serviço de aplicação, o transporte e o uso de agrotóxicos e afins, bem como sua respectiva documentação;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

III - a destinação final das embalagens vazias e dos produtos impróprios ou em desuso;

IV - os locais que desenvolvam ou aparentem desenvolver as atividades previstas nos incisos II e III;

V - os produtos agropecuários e agroindustriais, o solo, a água e as superfícies inertes tratadas com agrotóxicos e afins;

VI - a receita agrônômica e a nota fiscal de venda ou de remessa de agrotóxicos e afins.

Art. 4º As ações de controle, auditoria, inspeção e fiscalização previstas nesta Lei, seu regulamento e atos complementares dos órgãos competentes constituem exercício regular do poder de polícia administrativa dos órgãos distritais da saúde, meio ambiente e defesa agropecuária, e serão exercidas por servidores públicos investidos em cargos de natureza efetiva e com formação profissional compatível.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES

Art. 5º As pessoas físicas e jurídicas que importem, exportem, produzam, formulem, manipulem ou comercializem agrotóxicos de uso agrícola ou que prestem serviços na aplicação desses produtos, devem se registrar no órgão distrital de defesa agropecuária.

§1º Nenhum estabelecimento que exerça as atividades definidas no caput deste artigo pode funcionar sem a assistência e responsabilidade de técnico legalmente habilitado.

§2º As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam as atividades previstas no caput ficam obrigadas a prestar informações e enviar relatórios de atividades ao órgão distrital de defesa agropecuária, no prazo e periodicidade estabelecidos.

§3º As pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Distrito Federal, mas que nele desenvolvam atividades comerciais relativas aos agrotóxicos de uso agrícola, devem dispor de registro no órgão competente do estado de origem e devem apresentar informações complementares sempre que requeridas pelo órgão distrital de defesa agropecuária.

§4º A distribuição ou comercialização de agrotóxicos de uso agrícola para revendedores somente pode se dar entre estabelecimentos registrados no órgão competente.

§5º Dentre os agrotóxicos de uso agrícola, só será permitida a instalação e o registro no Distrito Federal de indústrias produtoras de componentes com agentes biológicos de controle.

Art. 6º O uso de agrotóxicos e afins em ambientes hídricos, na proteção de florestas nativas ou de ecossistemas e no âmbito dos programas de recuperação ambiental fica sujeito à autorização do órgão ambiental do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Art. 7º Os agrotóxicos de uso agrícola somente podem ser produzidos, distribuídos, armazenados, comercializados ou utilizados no Distrito Federal se previamente registrados no órgão federal competente e cadastrados no órgão distrital de defesa agropecuária.

§1º O requerimento de cadastro é passível de pedido de impugnação, mediante fundamentação técnica e científica alegando danos à saúde, ao meio ambiente ou por ineficácia agrônômica.

§2º Possuem legitimidade para requerer o cancelamento do cadastro:

I - entidade legalmente constituída para defesa de interesses difusos dos setores da saúde, meio ambiente, agricultura e defesa do consumidor;

II - iniciativa popular subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado local;

III - entidade de classe profissional ligada à saúde, ao meio ambiente ou à agricultura.

§3º Do pedido de impugnação ou requerimento de cancelamento de cadastro de agrotóxicos de uso agrícola cabe manifestação da empresa cadastrante, que pode ser apresentada em até trinta dias a partir da notificação, conforme condições e procedimentos a serem estabelecidos no regulamento desta Lei.

§4º O órgão distrital de defesa agropecuária pode estabelecer grupos ou classes de produtos dispensados de cadastro, mediante fundamentação técnica.

Art. 8º O transporte de agrotóxicos e afins no Distrito Federal deve obedecer às regras e aos procedimentos estabelecidos em normas vigentes para o transporte de produtos perigosos.

Art. 9º O armazenamento de agrotóxicos e afins deve observar as instruções do rótulo, da bula ou do folheto complementar, bem como as normas de segurança vigentes para proteção da saúde, preservação do meio ambiente e manutenção da integridade e qualidade dos produtos.

Art. 10. A venda de agrotóxicos e afins diretamente ao usuário só pode ser efetuada mediante receituário próprio, prescrito por profissional legalmente habilitado, salvo casos especiais previstos em regulamento.

§1º Os profissionais competentes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER-DF podem prescrever receitas agrônômicas, observadas as disposições em regulamento.

§2º Os estabelecimentos que comercializem agrotóxicos e afins de uso agrícola devem prestar informações de venda e controle de estoque ao órgão distrital de defesa agropecuária.

Art. 11. O empregador ou equiparado deve proporcionar capacitações regulares acerca da manipulação correta dos agrotóxicos e afins aos trabalhadores em exposição direta e fornecer instruções suficientes àqueles em exposição indireta.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Parágrafo único. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER-DF deve disponibilizar gratuitamente a capacitação prevista no caput deste artigo para os agricultores familiares e seus trabalhadores ou colaboradores, no âmbito do Distrito Federal.

Art. 12. O empregador ou equiparado deve fornecer aos seus empregados e colaboradores, gratuitamente e em perfeitas condições de uso, os equipamentos de proteção individual para manipulação dos agrotóxicos e afins, bem como fazer a devida reposição.

Parágrafo único. As pessoas que manipulem agrotóxicos e afins não podem escusar-se de utilizar os equipamentos de proteção individual.

Art. 13. Os usuários de agrotóxicos e afins devem efetuar a devolução das embalagens vazias aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, observadas as instruções constantes dos rótulos, bulas, folhetos complementares e receitas, no prazo de até um ano, contado da data de sua compra.

Art. 14. As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos e afins são responsáveis por:

I - recebimento e destinação final das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, após a devolução pelos usuários;

II – recebimento dos produtos interditados ou apreendidos pela ação fiscalizatória dos órgãos distritais competentes;

III - produtos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização, obedecendo aos critérios de proteção ambiental fixado pelas autoridades competentes.

§1º É facultado ao estabelecimento comercial credenciar posto de recebimento ou centro de recolhimento de embalagens vazias e produtos impróprios para utilização ou em desuso, desde que localizado no território do Distrito Federal e previamente licenciado pelo órgão ambiental, cujas condições de funcionamento e acesso não venham a dificultar a devolução pelos usuários.

§2º As disposições deste artigo aplicam-se às empresas produtoras, formuladoras e comercializadoras de agrotóxicos e afins domiciliadas fora do Distrito Federal, mas que comercializem tais produtos diretamente aos usuários locais.

Art. 15. É vedado abastecer, descontaminar ou limpar máquinas e equipamentos utilizados na aplicação dos agrotóxicos e afins e lavar as embalagens vazias diretamente nas fontes naturais de água, bem como verter excedentes nos mananciais hídricos ou diretamente no solo.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 16. Compete aos órgãos distritais da saúde, meio ambiente e defesa agropecuária, no âmbito de suas respectivas áreas de competência:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

I - estabelecer as diretrizes e exigências relativas aos dados e informações a serem apresentados pelas pessoas físicas ou jurídicas requerentes de registro, licença, autorização ou cadastro;

II - estabelecer diretrizes, exigências e restrições ao comércio, transporte interno, armazenamento e uso de agrotóxicos e afins;

III - editar atos normativos;

IV - produzir ou colher provas materiais, inclusive tipográficas, fotográficas ou digitais.

Art. 17. Compete ao órgão de saúde:

I - monitorar os níveis de contaminação toxicológica de pessoas expostas direta ou indiretamente aos agrotóxicos e afins;

II - controlar e fiscalizar as condições de segurança, higiene do trabalho e saúde dos trabalhadores expostos direta ou indiretamente aos agrotóxicos e afins;

III - manter estrutura mínima para exames e diagnósticos de intoxicações ou óbitos causados por agrotóxicos e afins;

IV - manter serviço especializado no atendimento de intoxicações por agrotóxicos e afins;

V - notificar as intoxicações ou óbitos causados por agrotóxicos e afins ao Sistema Único de Saúde — SUS;

VI - autorizar o funcionamento de estabelecimentos que comercializem ou prestem serviços de aplicação de agrotóxicos e afins com finalidade de higienização, desinfecção ou desinfestação de ambientes domiciliares ou coletivos;

VII - controlar, normatizar, auditar, inspecionar e fiscalizar a comercialização e utilização de agrotóxicos e afins com finalidade de higienização, desinfecção ou desinfestação de ambientes domiciliares ou coletivos.

Art. 18. Compete ao órgão de meio ambiente:

I - licenciar os locais que produzam, comercializem ou armazenem agrotóxicos e afins ou que se destinem ao recebimento de suas embalagens vazias, resíduos, rejeitos e produtos impróprios ou em desuso;

II - controlar, normatizar, auditar, inspecionar e fiscalizar a disposição final das embalagens vazias de agrotóxicos e afins, seus resíduos e rejeitos, bem como dos produtos impróprios ou em desuso;

III - controlar, normatizar, auditar, inspecionar e fiscalizar o transporte de agrotóxicos e afins;

IV - controlar, normatizar, auditar, inspecionar e fiscalizar o armazenamento de agrotóxicos e afins dos locais sujeitos à licença ambiental;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

V - definir as vias locais vedadas ao transporte de agrotóxicos e afins, de modo a reduzir os riscos e mitigar os impactos decorrentes de acidentes e emergências ambientais;

VI - autorizar o uso de agrotóxicos e afins em ambientes hídricos, na proteção de florestas nativas ou de ecossistemas e no âmbito dos programas de recuperação ambiental.

Art. 19. Compete ao órgão de defesa agropecuária:

I - controlar, normatizar, auditar, inspecionar e fiscalizar o comércio, a prestação de serviço de aplicação e o uso de agrotóxicos, de uso agrícola, bem como seu armazenamento em propriedades rurais;

II - registrar pessoas físicas e jurídicas relativas à cadeia dos agrotóxicos de uso agrícola, quando couber;

III - cadastrar os agrotóxicos de uso agrícola;

IV - cadastrar as pessoas físicas e jurídicas que utilizem agrotóxicos de uso agrícola;

V - desenvolver e implementar programas de controle do comércio e do uso de agrotóxicos de uso agrícola;

VI - controlar, normatizar, auditar e fiscalizar a prescrição de agrotóxicos de uso agrícola.

Art. 20. Compete ao órgão de fazenda pública do Distrito Federal, sempre que solicitado, sistematizar e fornecer aos órgãos distritais da saúde, meio ambiente e defesa agropecuária dados referentes à comercialização de agrotóxicos e afins.

Art. 21. O poder público deve desenvolver e implementar, de forma continuada, planos, programas, ações e atividades em educação sanitária que concorram para proteção da saúde, preservação do meio ambiente e boas práticas de utilização dos agrotóxicos e afins.

CAPÍTULO IV

DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 22. Nas ações de auditoria, inspeção ou fiscalização podem ser adotadas como medidas cautelares, isoladas ou cumulativamente:

I - suspensão da comercialização;

II - interdição parcial ou total do estabelecimento;

III - interdição de agrotóxicos e afins;

IV - interdição de local ou produto tratado com agrotóxicos e afins;

V - apreensão de agrotóxicos e afins ou de produtos com eles tratados;

VI - destruição ou inutilização de produto tratado com agrotóxicos e afins.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

§1º As medidas cautelares serão aplicadas na forma do regulamento, quando observada a necessidade de prevenir dano ou mitigar risco ou perigo à saúde, ao meio ambiente ou à produção agropecuária.

§2º a medida cautelar aplicada pelo fiscal, auditor ou inspetor deverá ser encaminhada para ciência da chefia imediata ou superior hierárquico.

§3º a aplicação da medida cautelar deve ser motivada, justificada e devidamente fundamentada, devendo ser cessada quando sanado o risco, findo o embaraço oposto à ação da fiscalização ou quando sanadas as irregularidades por ela apontadas.

§4º a medida cautelar aplicada poderá ser convertida em Ajustamento de Conduta (AC), quando couber, pactuado entre as partes, conforme disposto em regulamento.

§5º na aplicação das medidas cautelares será aplicado um procedimento mais célere que permita ao infrator demonstrar a possibilidade de sanar a irregularidade ou reverter os riscos, o que não afasta a aplicação das sanções elencadas nos arts. 28 a 31 desta lei.

§6º a medida cautelar constante do inciso VI do caput deste artigo, somente será aplicada em situações de irregularidades de risco iminente, nas quais não seja possível sanar dano ou mitigar risco ou perigo à saúde, ao meio ambiente ou à produção agropecuária.

§7º Confirmadas as razões que ensejaram a aplicação das medidas cautelares, o fiscalizado deve assumir o ônus referente às medidas cautelares estabelecidas, não sendo devida indenização por eventuais prejuízos ou perdas.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES, INFRAÇÕES E SANÇÕES

SEÇÃO I

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 23. As responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde ou ao meio ambiente por infrações a esta Lei, ao seu regulamento, às determinações ou atos normativos complementares dos órgãos ou das autoridades, competentes cabem:

I - ao importador, exportador, produtor, formulador, manipulador, comerciante, armazenador, transportador, prestador de serviços ou usuário que deixar de promover as medidas necessárias para proteção da saúde, preservação do meio ambiente, manutenção da integridade e qualidade dos produtos e uso correto dos agrotóxicos e afins;

II - à pessoa física ou jurídica que, por ação ou omissão, praticar ou concorrer para a prática de infração ou dano;

III - a todo aquele que opuser embaraço às ações dos órgãos competentes;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

IV - ao profissional que emitir receita errada, displicente ou indevida.

§1º As pessoas jurídicas podem ser solidariamente responsáveis com seus responsáveis técnicos pela emissão de receita errada, displicente ou indevida.

§2º As pessoas físicas e jurídicas podem ser solidariamente responsáveis com seus prestadores de serviço na aplicação de agrotóxicos e afins quando causarem danos ou procederem em desacordo com esta Lei, seu regulamento, atos normativos complementares, bem como com a receita agronômica, rótulo, bula ou folheto complementar.

§3º As pessoas físicas e jurídicas podem ser solidariamente responsáveis com seus empregados, colaboradores, prepostos ou prestadores de serviços quando opuserem embaraço às ações dos órgãos competentes, causarem danos ou proceder em desacordo com esta Lei, seu regulamento, atos normativos complementares, bem como com a receita agronômica, rótulo, bula ou folheto complementar.

§4º O proprietário da terra ou ocupante a qualquer título pode ser solidariamente responsável com seus parceiros ou arrendatários que causarem danos ou em razão do armazenamento, uso ou disposição final de embalagens e resíduos de agrotóxicos e afins em desacordo com esta Lei, seu regulamento, atos normativos complementares, bem como com a receita agronômica, rótulo, bula ou folheto complementar, salvo disposição em contrário firmada em contrato de parceria ou arrendamento.

SEÇÃO II DAS INFRAÇÕES

Art. 24. Constitui infração toda ação ou omissão que importe na inobservância a esta Lei, ao seu regulamento, às determinações ou atos normativos complementares dos órgãos ou das autoridades competentes.

Art. 25. São infrações leves:

I - importar, exportar, produzir, formular, manipular, distribuir, armazenar, comercializar, transportar, utilizar ou prestar serviço na aplicação de agrotóxicos e afins em desacordo com as disposições desta Lei e das normas regulamentares ou técnicas;

II - importar, exportar, produzir, formular, manipular, distribuir, armazenar ou comercializar agrotóxicos e afins em desacordo com as especificações do registro ou determinações dos órgãos competentes;

III - vender agrotóxicos e afins diretamente ao usuário sem o devido receituário, ou em desacordo com a respectiva prescrição ou indicações do rótulo, bula ou folheto complementar;

IV - prescrever receita agronômica errada, displicente ou indevida;

V - deixar de prestar informações ou de proceder a entrega de documentos requeridos pelo órgão ou autoridade competente;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

VI - utilizar agrotóxicos e afins, em locais de uso restrito, sem autorização prévia do órgão competente;

VII - utilizar agrotóxicos e afins em desacordo com a respectiva prescrição ou as indicações do rótulo, bula ou folheto complementar;

VIII - distribuir, armazenar, comercializar ou utilizar agrotóxicos e afins não cadastrados no órgão competente;

IX - transportar agrotóxicos e afins em condições inadequadas de segurança ou em desacordo com a legislação pertinente;

X - armazenar agrotóxicos e afins em condições inadequadas de segurança ou em desacordo com as instruções do rótulo, bula ou folheto complementar;

XI - produzir, distribuir, expor à venda ou comercializar produto com resíduo de agrotóxicos e afins acima dos níveis permitidos ou de uso não autorizado para a cultura;

XII - construir, reformar, ampliar ou alterar dependência dos estabelecimentos registrados ou licenciados sem comunicação ou autorização prévia dos órgãos competentes;

XIII - deixar de informar aos órgãos competentes alteração de informações pertinentes ao registro ou à licença;

XIV - deixar de cumprir, no prazo ou data determinado, exigência estabelecida pela autoridade competente;

XV - deixar de fornecer ou de repor os equipamentos de proteção individual para manipulação dos agrotóxicos e afins;

XVI - deixar de devolver as embalagens vazias de agrotóxicos e afins;

XVII - dificultar a devolução, pelo usuário, das embalagens vazias de agrotóxicos e afins ou dos produtos impróprios para utilização ou em desuso;

XVIII - manipular, distribuir, manter, expor à venda ou comercializar agrotóxicos e afins de forma fracionada, sem a devida autorização dos órgãos competentes.

Art. 26. São infrações graves:

I - importar, exportar, produzir, formular, manipular, distribuir, armazenar, comercializar ou prestar serviço na aplicação de agrotóxicos e afins sem o devido registro, autorização ou licença no órgão competente;

II - receber ou processar embalagens vazias de agrotóxicos e afins em estabelecimento sem a devida licença do órgão competente;

III - deixar, o titular do registro, de efetuar o cadastro de agrotóxicos e afins distribuídos no Distrito Federal;

IV - impedir ou dificultar o livre acesso dos agentes públicos às dependências ou locais onde se exerçam ou aparentem exercer as atividades consignadas nesta Lei;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- V - prestar informação falsa ou fraudulenta;
- VI - comercializar agrotóxicos e afins sem o registro no órgão competente do estado de origem;
- VII - distribuir, armazenar, comercializar ou utilizar agrotóxicos e afins não registrados no órgão federal competente ou proibido;
- VIII - deixar de promover as medidas necessárias para recebimento e destinação final das embalagens vazias de agrotóxicos e afins, bem como dos produtos impróprios ou em desuso;
- IX - deixar de recolher ou de dar a destinação adequada aos produtos interditados ou apreendidos pela ação da fiscalização;
- X - causar danos a terceiros por uso negligente, displicente ou indevido de agrotóxicos e afins.

Art. 27. São infrações gravíssimas:

- I - contaminar fontes naturais de água ou solo com agrotóxicos e afins;
- II - descumprir medida cautelar estabelecida pelos órgãos competentes;
- III - descumprir Ajustamento de Conduta (AC);
- VI - alterar endereço de desenvolvimento de atividade licenciada ou registrada sem autorização prévia dos órgãos competentes;
- V - utilizar, proceder a mudança de local de armazenagem, extraviar, comercializar ou dar destinação diversa da determinada pelo órgão competente a produto ou qualquer outro componente interditado ou apreendido.

SEÇÃO III DAS SANÇÕES

Art. 28. Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração aos dispositivos desta Lei, de seu regulamento e das normas complementares dos órgãos competentes pode acarretar, isolada ou cumulativamente, independentemente das medidas cautelares impostas, a aplicação das seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa de:
 - a) R\$ 250,00 à R\$ 5.000,00 nas infrações de natureza leve;
 - b) R\$ 5.000,00 à R\$ 20.000,00 nas infrações de natureza grave;
 - c) R\$ 20.000,00 à R\$ 50.000,00 nas infrações de natureza gravíssima.
- III - destruição ou inutilização de agrotóxicos e afins ou de produtos com eles tratados;
- IV - suspensão do registro, licença ou autorização;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

V - cancelamento do registro, licença ou autorização;

VI - suspensão do cadastro do agrotóxico ou afim;

VII - cancelamento do cadastro do agrotóxico ou afim.

§1º Havendo concurso de infrações, as sanções podem ser aplicadas cumulativamente.

§2º Sem prejuízo das demais sanções previstas em legislação específica, as multas podem ser parcialmente convertidas em investimentos corretivos no estabelecimento, de acordo com o regulamento.

§3º Os valores previstos neste artigo são atualizados anualmente pelo mesmo índice que atualiza os valores expressos em moeda corrente na forma da legislação do Distrito Federal.

§4º O não recolhimento da multa implica inscrição do débito na dívida ativa e cobrança judicial, nos termos da legislação pertinente.

§5º Pode ser firmado Ajustamento de Conduta (AC) em termo de fiscalização ou outro documento oficial.

§6º As sanções definidas no âmbito desta Lei, bem como a estratificação dos valores de multa previstos para as infrações leves, graves e gravíssimas serão discriminadas em regulamento.

Art. 29. Na aplicação das sanções estabelecidas nesta Lei, a autoridade competente deve observar o que segue:

I - a advertência pode ser aplicada nas infrações de natureza leve, desde que o infrator não seja reincidente na mesma infração, que o dano possa ser reparado e que não seja verificado dolo, má-fé ou vantagem econômica;

II - a multa deve ser aplicada em dobro no caso de reincidência em infração específica;

III - a destruição ou inutilização de agrotóxicos ou afins deve ocorrer apenas quando da impossibilidade de reparação das inconformidades verificadas;

IV - a destruição ou inutilização de produtos tratados com agrotóxicos ou afins deve ocorrer quando estes apresentarem resíduos acima dos níveis permitidos ou quando tenha havido aplicação de agrotóxicos ou afins de uso não autorizado;

V - a suspensão do cadastro, registro, licença ou autorização deve ser aplicada quando verificada irregularidade reparável;

VI - o cancelamento do cadastro, registro, licença ou autorização deve ser aplicado nos casos de impossibilidade de serem sanadas as irregularidades ou quando constatada fraude.

Parágrafo único. A sanção aplicada poderá ser convertida em Ajustamento de Conduta (AC), quando couber, pactuado entre as partes, conforme disposto em regulamento.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Art. 30. Os agrotóxicos e afins apreendidos ou interditados devem ter seu destino final estabelecido após a conclusão do processo administrativo, a critério da autoridade competente, cabendo à empresa titular do registro, produtora e comercializadora adotarem as providências devidas e, ao infrator, arcar com os custos decorrentes.

Parágrafo único. Nos casos em que não houver possibilidade de identificação ou responsabilização da empresa titular do registro, produtora ou comercializadora, o detentor dos agrotóxicos e afins assume a responsabilidade e os custos referentes a quaisquer procedimentos definidos pela autoridade competente.

Art. 31. Para efeito da fixação dos valores da multa, a autoridade competente deve considerar:

I - os antecedentes do infrator;

II - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

III - a gravidade do fato em vista de suas consequências danosas para a saúde pública, consumidor, meio ambiente e produção agropecuária.

§1º São circunstâncias atenuantes:

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II - ter procurado o infrator, por espontânea vontade, reparar ou minorar imediatamente as consequências do ato;

III - concordar o infrator primário a participar de atividades de educação sanitária pelos órgãos competentes, pelo prazo que lhe for determinado;

IV - ter o infrator sofrido coação para a prática do ato;

V - a infração cometida não incorrer diretamente em risco para a saúde pública, meio ambiente ou produção agropecuária;

VI - não ter o infrator cometido nenhuma infração nos últimos 12 meses anteriores à ocorrência da infração;

VII - cumprir integralmente termo de ajuste de conduta nos prazos fixados;

VIII - a comunicação prévia do ato, pelo infrator, aos órgãos competentes.

§2º São circunstâncias agravantes:

I - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

II - ter o infrator coagido outrem para a execução material da infração;

III - ter a infração consequências danosas para a saúde pública, consumidor, meio ambiente ou produção agropecuária;

IV - deixar de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitar ou minorar o dano, quando tenha conhecimento de ato lesivo à saúde pública, ao meio ambiente ou produção agropecuária;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

V - ter o infrator agido de má-fé, fraudado, adulterado ou falsificado produtos, documentos, informações ou rótulos;

VI - cometer o infrator ato de ameaça ou desrespeito a servidor no desempenho de suas competências legais;

VII - valer-se de sábados, domingos e feriados, bem como de horários que possam dificultar ou impedir a ação fiscalizatória para cometer infrações.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 32. As infrações a esta Lei, seu regulamento e atos normativos complementares serão apuradas em processo administrativo próprio, definido em regulamento, observados os princípios e as regras gerais da Lei de processo administrativo adotada pelo Distrito Federal e o seguinte:

I - motivação de todos os atos administrativos;

II - comunicação formal ao infrator ou ao interessado:

a) dos autos de infração;

b) das decisões do processo após análise de defesas prévias, recursos, pedidos de reconsideração e demais petições dirigidas aos órgãos e entidades públicas;

III - acesso a todas as peças dos autos, observadas as regras de sigilo;

IV - direito ao contraditório e ampla defesa assegurados;

V - prazo razoável para impugnação, defesa prévia, recursos, apresentação de provas e contraprovas, bem como para a prática dos demais atos processuais;

VI - dever de decidir em duas instâncias administrativas dentro dos prazos legais.

Art. 33. Os atos administrativos e processuais decorrentes da aplicação desta Lei e seu regulamento podem ser formalizados, tramitados, comunicados e transmitidos em formato digital, conforme disciplinado pela administração pública, observados os princípios do devido processo legal.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. O Poder Executivo deve regulamentar esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor em 180 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 36. Revoga-se a Lei Nº 414, de 15 de janeiro de 1993.

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO
DISTRITO FEDERAL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 40/2020 - SEAGRI/GAB

Brasília-DF, 28 de agosto de 2020

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Encaminhamos para apreciação de Vossa Excelência, proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a produção, o transporte, o comércio, o uso, o armazenamento, a prestação de serviços, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o cadastro, o controle, a auditoria, a inspeção e a fiscalização dos agrotóxicos e afins, atualmente regulada pela Lei nº 414, de 15 de janeiro de 1993.

A legislação atual necessita de atualização porque apresenta dispositivos defasados quanto à realidade da agricultura do Distrito Federal, que é uma das mais tecnificadas do país. A legislação federal que regula o tema já passou por diversas atualizações ao longo desse tempo, o que tem gerado um descompasso normativo e por vezes insegurança jurídica na aplicação da lei distrital.

Ante o relevante interesse do tema, esta Pasta, além de debater a matéria internamente, também ouviu os diversos organismos governamentais e organizações da sociedade civil organizada distritais, levando ainda a proposição à consulta pública durante trinta dias para o aprimoramento da minuta, nos termos que se apresenta.

Assim, no intuito de construir um instrumento legal moderno, compatível com a ação de regulação distrital, e voltado à sustentabilidade do agronegócio e à saúde da população e do meio ambiente distritais, submetemos a presente proposta legislativa à elevada consideração de Vossa Excelência, tomando a liberdade de sugerir, caso a matéria tenha acolhimento, ser solicitada a necessária urgência na sua tramitação junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Respeitosamente,

CANDIDO TELES DE ARAÚJO

Secretário de Estado

Excelentíssimo Senhor

IBANEIS ROCHA

Governador do Distrito Federal

NESTA



Federal, em 28/08/2020, às 14:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=46141235)
verificador= **46141235** código CRC= **34D4A7E7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Parque Estação Biológica, Ed. Sede da SEAGRI-DF, 1º andar, Sala 01 - Bairro Parque Estação Biológica - CEP 70770-914 - DF

(61)3051-6301

0070-000335/2011

Doc. SEI/GDF 46141235

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Declaração - SEAGRI/SUAG

DECLARAÇÃO

Considerando que o Projeto de Lei tratado nos autos não implica em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão de ação governamental, declaro que a edição da Lei proposta não gerará impacto orçamentário financeiro.

Brasília, 17 de agosto de 2020.

ROSSI DA SILVA ARAÚJO

Subsecretário de Administração Geral



Documento assinado eletronicamente por **ROSSI DA SILVA ARAÚJO - Matr.1689189-9, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 17/08/2020, às 13:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=45445483)
verificador= **45445483** código CRC= **8EA9755B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Parque Estação Biológica, Ed. Sede da SEAGRI-DF, Térreo, Sala 23 - Bairro Parque Estação Biológica - Asa Norte - CEP 70770-914 - DF

(61)3051-6307

0070-000335/2011

Doc. SEI/GDF 45445483